



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ**

**COMARCA DE PATO BRANCO**

**2ª VARA CÍVEL DE PATO BRANCO - PROJUDI**

Paulo Cesar Caruso - Escrivão Titular - Endereço: Rua Maria Bueno, 284 - Trevo da Guarany - Pato Branco/PR - CEP: 85.501-560 - Fone: (46) 3225-4501 - Celular: (46) 98822-5042 - E-mail: PB-2VJ-E@tjpr.jus.br

**Autos nº. 0000357-17.2024.8.16.0131**

Processo: 0000357-17.2024.8.16.0131

Classe Processual: Recuperação Judicial

Assunto Principal: Concurso de Credores

Valor da Causa: R\$13.895.693,20

Autor(s): • BTT – PISCICULTURA E ADMINISTRACAO DE NEGOCIOS LTDA (CPF/CNPJ: 20.209.310/0001-28)  
Comunidade Ipiranga, sn - rural - ITAPEJARA D'OESTE/PR - CEP: 85.580-000

• JUARIZA SUPERMERCADO LTDA (CPF/CNPJ: 12.433.661/0001-90)  
avenida manoel ribas, 113 térreo - centro - ITAPEJARA D'OESTE/PR - CEP: 85.580-000

• M B BATTISTI (CPF/CNPJ: 19.613.420/0001-71)  
Rua Jose Silva, 113 - centro - ITAPEJARA D'OESTE/PR - CEP: 85.580-000

Réu(s): • JUÍZO CÍVEL DA COMARCA DE PATO BRANCO (CPF/CNPJ: Não Cadastrado)  
tv goiás, 55 sal - centro - PATO BRANCO/PR

Terceiro(s): • M Marques Sociedade Individual de Advocacia (CPF/CNPJ: 07.166.865/0001-71)  
Avenida Cândido de Abreu, 776 sala 1306, Edifício World Business - Centro Cívico - CURITIBA/PR - CEP: 80.530-000

1. Recebo a inicial, vez que preenchidos os requisitos previstos nos arts. 319 e 320 do Código de Processo Civil.

2. Trata-se de pedido de Recuperação Judicial proposta por **JUARIZA SUPERMERCADO LTDA., BTT – PISCICULTURA E ADMINISTRAÇÃO DE NEGÓCIOS LTDA., e M. B. BATTISTI**, integrantes do Grupo Battisti.

Ajuizaram a ação, amparados pela Lei nº 11.101/2005, alegando, em síntese, que atuam há mais de 10 (dez) anos no comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância na oferta de produtos alimentícios e hortifrutigranjeira. Atribuíram sua crise econômica financeira, em resumo, a problemas de atrasos na conclusão de uma obra que visava aprimorar a infraestrutura do estabelecimento comercial do Grupo Empresarial, obrigando-os a recorrerem a empréstimos bancários onerosos, aliado ao aumento dos preços alavancados pela pandemia do Covid-19 de todos os custos da obra e a limitação do espaço que estava utilizando para realização de suas atividades empresariais no interim contido entre o início e a conclusão do novo edifício. Em sede de tutela de urgência, pretendem a suspensão da exigibilidade das obrigações assumidas pelo Grupo Battisti.

Os documentos juntados aos autos, especialmente a constatação prévia elaborada pelo Perito nomeado (ev. 23), comprovam que os requerentes preenchem os requisitos legais para requerimento da Recuperação Judicial, conforme dispõe o art. 48 da Lei nº 11.101/2005, bem como que, ao menos num exame preliminar, a atividade empresarial desenvolvida pelos integrantes do Grupo Battisti está em situação de crise econômico-financeira.

Com o auxílio da constatação prévia, verificou-se que, no momento da distribuição do pedido de Recuperação Judicial, os requerentes apresentaram sua relação nominal de credores (ev. 1.13), em consonância ao art. 51, inc. III, da Lei nº 11.101/2005, no montante total de R\$ 13.900.693,19 (treze milhões novecentos mil seiscentos e noventa e três reais e dezenove centavos). Ademais, com relação aos créditos não concursais, constatou-se a existência de débito de R\$ 23.673,29 (vinte e três mil seiscentos e setenta e três reais e vinte e nove centavos).



A petição inicial foi adequadamente instruída, nos exatos termos exigidos pelo art. 51 da Lei nº 11.101/05. Em síntese, o pedido está em termos para ter o seu processamento deferido, já que presentes os requisitos legais (arts. 47, 48 e 51 da Lei nº 11.101/2005).

3. Assim, pelo exposto, nos termos do art. 52 da Lei nº 11.101/2005, **DEFIRO** o processamento da Recuperação Judicial das empresas **BTT – PISCICULTURA E ADMINISTRACAO DE NEGOCIOS LTDA, JUARIZA SUPERMERCADO LTDA e M. B. BATTISTI**.

4. Na presente ação, observa-se a existência de pluralidade de sujeitos compondo o polo ativo da ação, figurado por:

- **Juariza Supermercado LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 12.433.661/0001-90, com sede na Avenida Manoel Ribas, 113, centro, em Itapejara D'Oeste - PR, CEP 85.580-000, de responsabilidade limitada;
- **BTT – Piscicultura e Administração De Negócios LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 20.209.310/0001-28, com sede na Comunidade Ipiranga, s/n, Zona Rural, em Itapejara D'Oeste - PR, de responsabilidade limitada;
- **M. B. Battisti**, empresário individual, inscrito no CNPJ sob o nº 19.613.420/0001-71, com sede na Avenida Manoel Ribas, 113-A, centro, em Itapejara D'Oeste - PR, CEP 85.580-000.

Com a promulgação da Lei nº 14.112/2020, a Lei nº 11.101/2005 passou a prever expressamente a possibilidade de litisconsórcio ativo entre duas ou mais sociedades pertencentes ao mesmo grupo em um único pedido de recuperação judicial, nos seguintes termos: *“os devedores que atendam aos requisitos previstos nesta Lei e que integrem grupo sob controle societário comum poderão requerer recuperação judicial sob consolidação processual”* (art. 69-G da Lei nº 11.101/2005).

Nesse sentido, tem-se que as requerentes comprovaram que integram grupo sob controle societário comum, uma vez que a sociedade empresária **Juariza Supermercado LTDA**, possui como sócios Thaize Aracelli Battisti Landin e Juarez Junior Battisti (ev. 1.12, fl. 01); **M. B. Battisti**, possui como empresário individual Mauricio Benjamin Battisti (ev. 1.12, fl. 02); **BTT – Piscicultura E Administração De Negócios LTDA**, possui como sócios Thaize Aracelli Battisti Landin, Juarez Junior Battisti e Mauricio Benjamin Battisti (ev. 1.12, fls. 02/03).

No tocante à formação de litisconsórcio ativo, a questão não encontra maiores controvérsias, sendo possível nos casos em que as sociedades empresárias integram o mesmo grupo econômico de fato ou de direito.

Ademais, denota-se a existência de dependência econômica entre as requerentes, constatada pela semelhança nas atividades e pelo ciclo de atividades descrito na inicial, além de os sócios das empresas integrarem o mesmo grupo familiar, de modo que o funcionamento de uma depende diretamente do funcionamento da outra, consoante inclusive organograma descritivo do conglomerado empresarial apresentado no evento 1.12.

O laudo de constatação prévia concluiu pelo preenchimento dos requisitos previstos, tanto para o deferimento da formação de litisconsórcio ativo (consolidação processual), como da consolidação substancial.

A consolidação substancial constitui uma inovação trazida pela Lei nº 14.112/2020, que incluiu os arts. 69-J, 69-K e 69-L na Lei nº 11.101/2005, e consistente basicamente na apresentação de um plano unitário, além de que os ativos e passivos de devedores serão tratados como se pertencessem a um único devedor, acarretando a extinção imediata de garantias fidejussórias e de créditos detidos por



um devedor em face de outro, e não impactará a garantia real de nenhum credor, exceto mediante aprovação expressa do titular. Confira-se:

**Art. 69-J.** *O juiz poderá, de forma excepcional, independentemente da realização de assembleia-geral, autorizar a consolidação substancial de ativos e passivos dos devedores integrantes do mesmo grupo econômico que estejam em recuperação judicial sob consolidação processual, apenas quando constatar a interconexão e a confusão entre ativos ou passivos dos devedores, de modo que não seja possível identificar a sua titularidade sem excessivo dispêndio de tempo ou de recursos, cumulativamente com a ocorrência de, no mínimo, 2 (duas) das seguintes hipóteses:*

*I - existência de garantias cruzadas;*

*II - relação de controle ou de dependência;*

*III - identidade total ou parcial do quadro societário; e*

*IV - atuação conjunta no mercado entre os postulantes.*

**Art. 69-K.** *Em decorrência da consolidação substancial, ativos e passivos de devedores serão tratados como se pertencessem a um único devedor.*

*§ 1º A consolidação substancial acarretará a extinção imediata de garantias fidejussórias e de créditos detidos por um devedor em face de outro.*

*§ 2º A consolidação substancial não impactará a garantia real de nenhum credor, exceto mediante aprovação expressa do titular.*

**Art. 69-L.** *Admitida a consolidação substancial, os devedores apresentarão plano unitário, que discriminará os meios de recuperação a serem empregados e será submetido a uma assembleia-geral de credores para a qual serão convocados os credores dos devedores.*

*§ 1º As regras sobre deliberação e homologação previstas nesta Lei serão aplicadas à assembleia-geral de credores a que se refere o caput deste artigo.*

*§ 2º A rejeição do plano unitário de que trata o caput deste artigo implicará a convalidação da recuperação judicial em falência dos devedores sob consolidação substancial.*

Trata-se, portanto, de hipótese excepcional, desde que as requerentes atendam aos requisitos estabelecidos no art. 69-J da Lei nº 11.101/2005.

No caso em apreço, o assistente judicial apontou a presença dos requisitos necessários ao deferimento do processamento da Recuperação Judicial sob a modalidade da consolidação substancial.

Colhe-se, a propósito, do parecer do assistente técnico (ev. 23.2, fls. 99):

*“(…), constata-se que, os requisitos da consolidação substancial restaram configurados entre as Requerentes, razão pela qual se conclui pela plausibilidade de concessão do requerimento de consolidação substancial, nos termos requeridos na exordial, para as Requerentes: Juariza Supermercado LTDA – CNPJ n.º 12.433.661/0001-90; BTT – Piscicultura e Administração De Negócios LTDA – CNPJ n.º 20.209.310/0001-28; e M. B. Battisti – CNPJ n.º 19.613.420/0001-71.03”.*



Sendo assim, constatada a formação de grupo econômico entre as requerentes, é possível o processamento em conjunto da Recuperação Judicial, nos termos do art. 69-J da Lei nº 11.101/2005, de modo que os ativos e passivos dos devedores deverão ser tratados como se pertencentes a um único devedor (art. 69-K da LRF).

5. Reconheço, portanto, a consolidação substancial do **GRUPO BATTISTI**, com a unificação do Plano de Recuperação Judicial e demais atos em relação aos requerentes **Juariza Supermercado LTDA, BTT – Piscicultura e Administração De Negócios LTDA e M. B. Battisti**.

6. Com relação ao pedido de **tutela de urgência**, cabe destacar que, a pretensão deduzida amolda-se ao conceito pretendido, sendo uma das modalidades da tutela provisória prevista no art. 294 e seguintes do Código de Processo Civil.

As tutelas provisórias (de urgência e de evidência) vieram sedimentar a teoria das tutelas diferenciadas, que rompeu com o modelo neutro e único de processo ordinário de cognição plena. São provisórias porque as possibilidades de cognição do processo ainda não se esgotaram, o que apenas ocorrerá no provimento definitivo.

Os requisitos da tutela de urgência estão previstos no art. 300 do Código de Processo Civil, sendo eles: **probabilidade do direito e perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo**.

Deve-se, neste momento de apreciação do pedido liminar, fazer meramente um juízo de possibilidade, um conhecimento superficial e de aparência, a afastar-se um possível prejuízo futuro ou ineficácia de uma final decisão de mérito, com conhecimento exauriente do caso.

Os requerentes postularam pela determinação de suspensão de todas as ações e execuções, também em face dos seus sócios e demais garantidores, relativamente às operações sujeitas à presente Recuperação Judicial, nos termos do art. 6º da Lei nº 11.101/2005.

Em relação às devedoras e aos credores particulares do sócio solidário, a suspensão decorre do próprio deferimento do processamento da Recuperação Judicial, quando então terá início o *stay period* (art. 6º, da LRF).

*In casu*, tem-se que o pedido de tutela de urgência (cautelar), tinha por objetivo tão somente adiantar os efeitos do *stay period*, logo, uma vez deferido o processamento da Recuperação Judicial e consequente aplicação do pretendido efeito de blindagem a partir desta decisão, houve a perda do objeto da tutela pretendida.

Outrossim, no que tange a suspensão das execuções em face dos coobrigados (avalistas/fiadores) não comporta acolhimento, porquanto viola o disposto no artigo 49, §1º, da LRF:

*Art. 49. Estão sujeitos à recuperação judicial todos os créditos existentes na data do pedido, ainda que não vencidos.*

*§1º Os credores do devedor em recuperação judicial conservam seus direitos e privilégios contra os coobrigados, fiadores e obrigados de regresso.*

A esse respeito, os termos da Súmula nº. 581 do Superior Tribunal de Justiça:

*“A recuperação judicial do devedor principal não impede o prosseguimento das ações e execuções ajuizadas contra terceiros devedores solidários ou coobrigados em geral, por garantia cambial, real ou fidejussória.”*

7. Nestes termos, **indefiro o pedido de tutela de urgência** para fins de adiantamento dos efeitos do *stay period*, haja vista a perda do objeto da tutela pretendida, vez que este



(efeito) decorre do próprio deferimento do processamento da Recuperação Judicial (vide item 10), restando indeferido ainda seu pedido de extensão aos coobrigados, em sintonia à fundamentação supra.

8. Nomeio como Administradora Judicial a pessoa jurídica **M. Marques Sociedade Individual de Advocacia (Marques Administração Judicial)**, inscrita no CNPJ nº 07.166.865/0001-71, na pessoa responsável do **Dr. Márcio Roberto Marques - OAB/PR nº 65.066**.

8.1 Intime-se a Administradora Judicial para, em **48 (quarenta e oito) horas** assinar o termo de compromisso, sob pena de destituição (arts. 33 e 34 da LRF).

Determino a realização da intimação de forma eletrônica.

8.2 Autorizo, ainda, que a Administradora Judicial nomeada assine o termo de compromisso digitalmente e/ou manifeste expressamente nos autos a sua concordância com a nomeação e com o termo de compromisso, dispensando-se, assim, o comparecimento à sede do Juízo para assinatura.

8.3 Faculto o prazo de 05 (cinco) dias para que a Administradora Judicial apresente sua proposta de honorários, considerando a constatação prévia realizada, que será analisado pelo Juízo logo após a manifestação das Recuperandas, nos termos do art. 24 da LRF.

9. Nos termos do art. 52, inc. II, da Lei nº 11.101/2005, determino a *“dispensa da apresentação de certidões negativas para que os devedores exerçam suas atividades, exceto para contratação com o Poder Público ou para recebimento de benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios”*, observando-se o art. 69 da LRF.

10. Nos termos do art. 66 da Lei nº 11.101/2005, após a distribuição do pedido de recuperação judicial, as recuperandas não poderão alienar ou onerar bens ou direitos de seu ativo permanente, salvo evidente utilidade reconhecida por este juízo, depois de ouvido o comitê, com exceção daqueles previamente relacionados no plano de recuperação judicial;

11. Ordeno a suspensão de todas as ações ou execuções contra os devedores, inclusive daquelas dos credores particulares do sócio solidário, relativas a créditos ou obrigações sujeitos à Recuperação Judicial ou à Falência, permanecendo os respectivos autos no Juízo onde se processam, pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, na forma do art. 6º, §4º, da LRF, com ressalva as ações previstas nos arts. 6º, §§1º, 2º, 7ª-A, 7º-B e 49, §§3º e 4º, todos da Lei nº 11.105/2005.

11.1 A comunicação desta medida aos Juízos onde tramitam tais ações é atribuição dos devedores (art. 52,§3º, da LRF).

11.2 Com relação aos créditos extraconcursais, as ações seguem seu curso natural, mas, na esteira do posicionamento da doutrina e da jurisprudência, os atos de constrição devem ser autorizados pelo Juízo da Recuperação Judicial.

12. Determino, nos termos do art. 52, inc. IV, da Lei nº. 11.101/2005, às devedoras a *“apresentação de contas demonstrativas mensais enquanto perdurar a recuperação judicial, sob pena de destituição de seus administradores”*.

13. Determino a intimação eletrônica do Ministério Público e das Fazendas Públicas Federal e de todos os Estados, Distrito Federal e Municípios em que o devedor tiver estabelecimento, a fim de que tomem conhecimento da Recuperação Judicial e informem eventuais créditos perante o devedor, para divulgação aos demais interessados (art. 52, inc. V, da LRF).

14. Expeça-se o edital, para publicação no órgão oficial, nos termos do art. 52, §1º, contendo necessariamente as informações dos incisos I, II e III, da Lei nº 11.101/2005.

14.1 O prazo para habilitações ou divergências aos créditos relacionados (pelas devedoras) de 15 (quinze) dias a contar da publicação do respectivo edital (art. 7º, §1º, da LRF).

14.2 Nos termos do artigo 7º, §1º, da Lei de Recuperação Judicial, após a publicação do edital previsto no artigo 52, §1º, eventuais habilitações ou divergências quanto aos créditos relacionados pelas devedoras **deverão ser apresentadas diretamente a Administradora Judicial, no prazo de 15 (quinze) dias, somente através do e-mail, criado especificamente para este fim, o qual deverá ser informado no edital a ser publicado.**

Saliento que as habilitações de crédito deverão conter os requisitos previstos no art. 9º da LRF.

Observo, neste tópico, em especial quanto aos créditos trabalhistas, que para eventual divergência ou habilitação é necessário que exista sentença trabalhista líquida e exigível (com trânsito em julgado), com valor atualizado até a data do pedido de recuperação judicial, competindo ao MM. Juiz do Trabalho eventual fixação do valor a ser reservado.

Eventuais habilitações ou divergências apresentadas nestes autos ou por dependência, durante a fase administrativa de verificação dos créditos, não serão aceitas e recebidas em hipótese alguma. Nesse caso, deverá o Cartório proceder ao cancelamento das movimentações ou dos autos distribuído por dependência, após a intimação do procurador, no prazo 24 (vinte e quatro) horas.

14.3 O edital deverá ser criteriosamente elaborado pela Administradora Judicial, constando todas as informações acima lançadas, com a respectiva publicação oficial pelo Cartório.

14.4 Decorrido o prazo de habilitação administrativa e após publicação do edital pela Administradora Judicial, o Comitê, qualquer credor, o devedor ou seus sócios ou o Ministério Público poderão, no prazo de 10 (dez) dias, contados da publicação da relação referida no artigo 7º, §2º, da LRF, apresentar ao juiz impugnação contra a relação de credores, apontando a ausência de qualquer crédito ou manifestando-se contra a legitimidade, importância ou classificação de crédito relacionado.

14.5 Publicada a relação de credores apresentada pela Administradora Judicial (art. 7º, §2º, da LRF), eventuais impugnações (art. 8º) deverão ser protocoladas por dependência à Recuperação Judicial, ao passo que **NÃO** deverão ser juntados nos autos principais (art. 8º, parágrafo único).

14.6 Todas as habilitações de crédito retardatárias (não observado o prazo estipulado no art. 7º, §1º desta lei) deverão também ser processadas na forma dos arts. 10 e 13, parágrafo único, da Lei nº 11.101/2005, ou seja, por **dependência** aos autos. Se as Recuperandas forem condenadas ao pagamento das custas nas habilitações/impugnações de créditos retardatárias, a cobrança será limitada na proporção de 50% (cinquenta por cento), em conformidade com a Tabela IX, da Lei nº 6.149/1970.

Saliento que as habilitações de crédito retardatárias, se apresentadas antes da homologação do quadro-geral de credores, serão recebidas como impugnação (art. 10, § 5º, da LRF). Após a homologação do quadro-geral de credores, aqueles que não habilitaram seu crédito poderão, por meio do procedimento ordinário, requerer ao juízo da recuperação judicial a retificação do quadro-geral para inclusão do respectivo crédito (art. 10, §6º LRF).

14.7 Determino ainda, que o Cartório, quando do recebimento das referidas habilitações, proceda ao cadastro dos credores nos autos da RJ como terceiros devidamente representados pelos procuradores, a fim de receberem as intimações necessárias, evitando-se assim, pedidos de habilitações em duplicidade.

14.8 Finalmente, em ambos os casos, recebidas as habilitações, intime-se para manifestação as Recuperandas e/ou Credor, na sequência a Administradora Judicial e, por fim o Ministério Público, todos no prazo de 05 (cinco) dias, de conformidade com o art. 11 da Lei nº 11.101/2005.

15. O plano de Recuperação Judicial deve ser apresentado no prazo de 60 (sessenta) dias, na forma do art. 53 da Lei nº 11.101/2005, sob pena de convalidação da Recuperação Judicial em Falência.

15.1 Com a apresentação do plano, expeça-se o edital contendo o aviso do art. 53, parágrafo único, da Lei nº 11.101/05, com prazo de 30 (trinta) dias para as objeções, devendo as Recuperandas providenciarem, no ato da apresentação do plano, a minuta do edital, inclusive em meio eletrônico.

16. Oficie-se o Registro Público de Empresas e à Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil determinando-se a anotação da recuperação judicial nos registros correspondentes, nos termos do art. 69, parágrafo único, da Lei nº. 11.101/2005.

17. Ficam advertidas as Recuperandas que o descumprimento dos seus ônus processuais poderá ensejar a convalidação desta Recuperação Judicial em Falência (art. 73, Lei nº 11.101/2005 e arts. 5º e 6º do Código de Processo Civil).

18. Conforme o disposto no art. 189, §1º, inc. I, da Lei nº 11.101/2005, saliento que *“todos os prazos nela previstos ou que dela decorram serão contados em dias corridos”*.

19. Ao cartório para observância do disposto no art. 189-A da Lei 11.101/2005, devendo encaminhar concluso para decisão judicial não somente o processo de recuperação judicial, mas todos os procedimentos afetos à Lei, na classe dos urgentes. Da mesma maneira, observe-se a prioridade no cumprimento das decisões judiciais.

20. Vistas ao Ministério Público.

21. Intimações e diligências necessárias.

**Pato Branco (PR), datado e assinado digitalmente.**

**JOÃO ANGELO BUENO**  
**Juiz de Direito Substituto**

